

Política “O poder local é onde a nova cidadania mais interage com o Estado”

“Já não sei se é absolutamente necessário falar da regionalização”

Rui Moreira Urge debater a defesa e a cidadania, diz o embaixador na OCDE e ex-autarca do Porto. Dá a cara pela plataforma Ponto de Encontro, que está a ouvir o país

Entrevista

Álvaro Vieira

Embaixador de Portugal na OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, em Paris, desde Fevereiro, Rui Moreira integra o Conselho Geral e de Ética da plataforma cívica Ponto de Encontro, que a 5 de Outubro apresenta um relatório sobre serviço militar e cidadania. Será uma síntese das contribuições de cidadãos recolhidas em encontros organizados com os municípios. A plataforma dedica especial atenção à defesa e à sociedade, temas que Rui Moreira relaciona com as questões do território e das instituições. De hoje e de amanhã. **Regressa ao espaço público com um tema a que não o associávamos. Porquê a defesa e a cidadania?**

A plataforma Ponto de Encontro queria alguém com experiência autárquica, na medida em que esta iniciativa radica muito na ideia de irmos, através das autarquias, ouvir as pessoas mais novas sobre cidadania. Julgo que foi a razão pela qual se lembraram de mim: a minha experiência como autarca independente e os meus contactos com presidentes de câmara de todas as forças partidárias. Tenho defendido que o poder local é onde a nova cidadania, e muitas vezes aqueles que até nem votam nem se pronunciam, mais interage com o Estado. Quando é que o cidadão vê abordadas as questões da cidadania? Durante as campanhas eleitorais. Ou seja, de cima para baixo. Há matérias em que importa trabalhar ao contrário: ir buscar contributos da sociedade civil e apresentá-los aos políticos. **Não há opinião prévia do Ponto de Encontro?**

Nós falamos muito em Portugal dos *think tanks*. Os *think tanks* são os

grandes pensadores, isto é o contrário. Vamos ver é o que é que as pessoas pensam. Isto não é uma iniciativa partidária, há pessoas de esquerda, de direita, há

professores universitários, enfim. E há também as pessoas ligadas à defesa e à segurança. Hoje, no Parlamento, fala-se de reservistas, de serviço militar obrigatório (SMO), e tudo mais...

E o Ponto de Encontro parte sem qualquer posição quanto ao SMO, à bolsa de reservistas, ao programa Defender Portugal? Não há nenhuma posição formal. Sobre o SMO, a pessoa que está na coordenação geral [o major-general Carlos Chaves] já disse que era contra, a não ser numa circunstância de guerra em que Portugal participasse activamente. A questão dos reservistas pode amanhã ser considerada. Podemos olhar para o modelo suíço, em que as pessoas fazem um pequeno serviço militar e depois fazem uma revisão, para o americano... Mas não há nada escrito.

Vamos ouvir as pessoas. Vamos pôr os militares a falar com a população, queremos perceber qual é a disponibilidade de todos, seja para a defesa seja para a protecção civil. Até por causa dos incêndios, provavelmente precisaremos de maiores contributos da população. As pessoas só são confrontadas com a protecção civil quando há um grande temporal, quando há grandes incêndios, se amanhã houver um terramoto.

As autarquias organizaram os debates? Não falta muito para o 5 de Outubro.

É um processo acelerado para uma data simbólica. Não podemos contar que todas as 318 colaborem. É bom colocar uma data-limite, porque senão, como sempre em Portugal, vamos fazer estudos durante anos.

Conseguiram uma participação equilibrada entre litoral e interior?

Aquilo que me é dito por quem está no terreno é que tem havido um grande interesse no interior. Uma das questões que me têm preocupado – tenho escrito bastante sobre isso – é aquilo a que Adriano Moreira chamava o “Estado exíguo”. Há partes do nosso território em que os cidadãos não vêem a participação do Estado.

O Presidente da República tem apelado à defesa do interior e da floresta.

É muito importante que chame a atenção para a necessidade de olharmos mais para a prevenção. Não podemos ignorar as alterações climáticas, basta ver o que se passou em França. A palavra fundamental é adaptação: se vamos ter um mundo com alterações climáticas, com mais ameaças geopolíticas, precisamos de adaptar a nossa relação com o Estado e as nossas instituições. Isto não é matéria que possa ser subjugada por lógicas político-partidárias.

Tem de ser uma coisa diferente. Precisamos de um novo conceito estratégico. E já o tivemos. Eu ainda sou de uma geração que não achava que a ligação à Europa seria o destino final de Portugal. Tínhamos vivido 400 anos a pensar que a nossa vida seria diferente. E, no entanto, conseguimos fazer isso. Temos, mais uma vez, de nos adaptar a uma nova realidade. Desta vez não temos a cenoura europeia. Mário Soares tinha-a, nós não. Não há. Temos de dar a volta por dentro. Agora, não há cenoura, é dentro da cebola.

Não há cenoura, mas há medo. A Guerra na Ucrânia, a América de Trump, os nacionais-populismos também reclamam um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional?



Uma das questões que me têm preocupado – tenho escrito bastante sobre isso – é aquilo a que Adriano Moreira chamava o ‘Estado exíguo’. Há partes do nosso território em que os cidadãos não vêem a participação do Estado

Algumas certezas desapareceram. Por exemplo, acreditávamos que a questão da energia era só uma questão de custo, do preço a que importávamos. Hoje, a questão é a de saber se daqui a dois meses vamos ter gasolina. É a este mundo, em que as cadeias logísticas se alteraram, em que temos a inteligência artificial (IA), que a sociedade tem de se adaptar. Apesar de tudo, temos vivido bem com as nossas instituições, mas não sabemos se estão preparadas para o futuro. E, se pudermos ouvir os cidadãos e mobilizar os mais novos, isso valerá mais do que 25 *think tanks*.

O novo Conceito de Defesa devia ter sido já apresentado, como diz a oposição?

Sobre isso, pelo cargo que desempenho, não me posso pronunciar. E também não quero, porque muitas vezes quem critica também não se mobilizou suficientemente. Acho é que a população está mais atenta. Nas televisões, quando se fala da



NELSON GARRIDO

Presidência da República

“Não me passa pela cabeça candidatar-me aos 80”

Está a gostar do trabalho na OCDE? Deve ser muito diferente da gestão de uma autarquia, em que se está permanentemente a tomar decisões e a executá-las. Agora são mais estudos.

Sim, a OCDE permite-me, por um lado, representar os interesses de Portugal junto de uma organização multilateral, num momento em que todas as organizações estão sujeitas a grandes tensões e a grandes pressões. É um trabalho que estou a aprender a fazer. É evidente que não ter competências executivas dá-me tempo para pensar. Estou a escrever um livro, vai ser publicado por estes dias. Não é autobiográfico, é sobre o mundo de hoje e o mundo para que vamos.

É um livro com uma ideia para o país?

Sim, defende a necessidade da questão da adaptabilidade: será que as instituições, que nos serviram durante tanto tempo, neste momento tolem a nossa capacidade de preparar o futuro? Será que estão a prejudicar a nossa percepção do que é que precisamos de fazer? Será que as temos de adaptar? Isto não tem nada que ver com ideologia, tem que ver com as funções que vão ser necessárias amanhã. Amanhã é praticamente hoje, porque há uma clara aceleração da história nestas mudanças de ciclos. É sobre isso que escrevo no livro, que terá uma apresentação lá para o final de Outubro.

Sabe o que é que as pessoas vão dizer, com livro e tudo? Que não desistiu da candidatura presidencial.

Não, não. Ouça, eu tenho 70 anos, e nós temos um Presidente para dez anos.

Acha que está a fazer um bom trabalho?

Posso dizer que acho que entrou bem: com a prudência que lhe conhecemos; que o momento político justifica; que o pouco tempo no cargo recomenda – são três coisas diferentes. Acho que é assim que as coisas devem ser feitas. Eu tenho 70 anos e não passa pela minha cabeça candidatar-me aos 80, era o que mais faltava.

Na cena internacional está na moda ser candidato aos 80 anos.

Pois, mas esses não têm ficado bem na pintura.

Continua atento ao Porto?

Não vivo no Porto, Paris está muito longe e não tenho nada que me pronunciar, a não ser quando o Pedro Duarte ou algum vereador de vez em quando me liga. Apesar de termos passado a pasta com todo o cuidado, de eles terem ficado com a Catarina Araújo no executivo e de toda a estrutura municipal se ter mantido, de vez em quando falamos. Mais até sobre questões de cultura, pedem uma opinião sobre isto ou aquilo, e eu dou a minha opinião.

Mas tem uma ideia de como as coisas estão a correr.

Acho que estão a correr normalmente. Acho que a comunicação da Câmara do Porto é muito activa, diferente daquele que era o nosso estilo, mas isso também é o tempo novo. Acho que as pessoas estão satisfeitas e nunca serei o detractor do futuro. Eu fiquei muito satisfeito com os 12 anos que cumpri, fiz o melhor que sabia fazer – não terei feito tudo bem –, agora é um tempo novo. São promessas novas, são ideias novas, perfeitamente legítimas e legitimadas. Quando uma pessoa sai, deve sair mesmo. Eu saí da Associação Comercial do Porto, na qual acho que fui muito activo, em 2013, e desafio-o a encontrar duas palavras que eu tenha dito sobre o que é que a associação fez bem ou mal desde aí. Na câmara, foi um ciclo que fechei, tinha pensado inicialmente que deviam ser só dois mandatos e acabaram por ser três, por várias vicissitudes, nomeadamente pela covid-19, e não fiz balanço nem me compete fazer. Muito menos sobre o meu sucessor, que chegou há muito pouco tempo.



[Seguro] entrou bem: com a prudência que lhe conhecemos; que o momento político justifica; que o pouco tempo no cargo recomenda

Ucrânia, do estreito de Ormuz e de tudo mais, notamos que estas questões geoestratégicas agora atraem audiências. É porque as pessoas estão interessadas e preocupadas. Isto é uma oportunidade.

Portugal tem atingido metas interessantes de reciclagem, nalgumas cidades – foi através do trabalho com os mais novos que se alteraram os hábitos. Depois do levantamento das opiniões, vamos perceber se é possível haver um relatório para enviar ao Presidente da República, ao Parlamento, às assembleias municipais e tudo mais, da base para o topo.

A reflexão que pede sobre o território e as instituições implica debater a regionalização?

A regionalização é uma questão permanentemente adiada. Eu acho que o tema que vamos ter de abordar é mais em termos da difusão do poder. Ou seja, já não estou propriamente muito convicto

de que se possa voltar a falar da regionalização. Quem está no poder normalmente não quer falar nisso, quem está na oposição fala, mas depois também deixa cair, e eu já não sei muito bem se é absolutamente necessário. Hoje temos instrumentos, nomeadamente a inteligência artificial, que vão permitir que um conjunto de decisões, que agora são tomadas a nível central, possa ser tomado com igual eficácia a nível local.

Porquê?

Porque a parametrização passa a ser mais fácil. Quem deve definir as normas fundamentais do Estado de direito terá sempre de ser o Estado central – não há outra forma, vivemos num Estado moderno, não numa sociedade medieval –, mas podemos redistribuir competências, com a verificação dos procedimentos seguidos a jusante. Os cidadãos têm a convicção – e isso está demonstrado – de que o dinheiro é mais bem utilizado pelas

autarquias do que pelo Estado central. Mas, em Portugal, o Estado central gasta muito mais em percentagem do que nos outros países da OCDE.

Há margem de progresso para a desconcentração do poder. E temos um novo instrumento: estamos preocupados com a inteligência artificial – e há razões para isso –, mas temos de ver também a parte boa. Qual é? É a possibilidade de, rapidamente, a certificação daquilo que está a ser feito nas autarquias ser feita pelo poder central, quase como se fosse um tribunal de verificação. Há montes de exemplos em que instituições da administração não eleita impedem o poder autárquico, que foi eleito pelos cidadãos com quem está em confronto todos os dias, se possa pronunciar. Este reequilíbrio parece-me das coisas que podem acelerar a participação dos cidadãos. Isto chama-se política, é a participação no processo de decisão.